TL 5739

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS TIMORENSES

Antecedentes

O processo de democratização na Indonésia obrigou o Presidente Suharto a pôr termo a 32 anos de governo. A pressão internacional, nomeadamente a dos países doadores, obrigou o Governo indonésio a tomar medidas que pudessem ter como reflexo o seu empenhamento na democracia. Esta concessão à pressão internacional incluiu a abertura do um espaço democrático em Timor.

Nos primeiros meses da reforma na Indonésia, a abertura política permitiu manifestações pacíficas que envolveram centenas de timorenses que aspiravam à independência e à liberdade. Por outro lado, o Governo indonésio e os militares encenaram várias manifestações que expressavam o contrário, por forma a demonstrar que alguns timorenses apoiavam a continuação da integração na Indonésia.

Para demonstrar ao mundo o quanto a Indonésia estava empenhada na defesa dos direitos humanos, o Governo indonésio anunciou a possibilidade de independência, se o povo de Timor Leste rejeitasse o plano de autonomia.

No entanto, ainda existem facções poderosas que desejam manter o *status quo* em Timor Leste. O apoio popular à independência de Timor Leste representava obviamente uma ameaça aos seus interesses.

No esforço para preservar o *status quo*, foi lançada uma campanha concertada para exacerbar a situação de segurança em Timor Leste. Em Novembro de 1998, foi interrompido o cessar-fogo não oficial entre a ABRI e as Falintil que vinha sendo observado desde Maio de 1998 devido às chacinas levadas a cabo pelos militares indonésios no sub-distrito de Alas. A partir de Dezembro de 1998 sucedeu-se a formação de novos grupos de milícias.

O estado dos direitos humanos em Timor Leste deteriorou-se desde a formação dos grupos de milícias. As milícias levaram a cabo, em todas as regiões de Timor Leste, o recrutamento forçado de civis, campanhas de tortura e de intimidação. As mortes de civis não armados, incluindo mulheres e crianças, obrigaram muitos timorenses a fugir das suas casas. As informações recolhidas pelo *Posko for Emergency Aid for Internal Refugees* mostram que desde Novembro de 1998 até 31 de Março de 1999, foram deslocadas internamente cerca de 18.091 pessoas. Estes deslocados tornaram-se no alvo das chacinas das milícias, tal como claramente o demonstram os ataques à Igreja de Liquiça, em 6 de Abril de 1999, e à casa de Manuel Carrascalão, em 17 de Abril de 1999.

Violência em Timor Leste

Contrariamente às declarações prestadas pelo governo indonésio, que assegura estar a encontrar uma solução pacifica para o problema de Timor Leste, os incidentes violentos estão a aumentar. Particularmente preocupante é a transformação dos civis em alvos dessa violência. Segundo os dados reunidos pelo Yayasan HAK sobre os ataques a civis, em Alas (Novembro de 1998) foram assassinadas 15 pessoas, 95 outras foram detidas, das quais apenas 15 teriam sido submetidas a um processo legal de detenção, e outras 80 desapareceram. Também durante este incidente, 30 pessoas perderam as suas casas, as quais foram incendiadas.

Nos primeiros três meses de 1999, o Yayasan HAK registou pelo menos 40 mortos, 22 feridos, 8 detenções ilegais e 2 mulheres violadas pelas milícias. Entre estas vítimas, mortas ou feridas, incluem-se mulheres e crianças.

Apesar das declarações de preocupação oriundas de várias partes, as forças militares e militarizadas de Timor Leste mantiveram-se passivas no que concerne ao controlo da acção das milícias. Ora, as forças indonésias reivindicam o poder soberano da Indonésia sobre Timor Leste, o que, na realidade, é irónico dado que nenhum dos actos violentos conduzidos pelas milícias foi objecto de sanções legais. De facto, funcionários indonésios estiveram claramente envolvidos nestes incidentes.

Segundo declarações de testemunhas oculares, as forças de segurança indonésias estiveram activamente envolvidas no ataque efectuado contra os timorenses deslocados que procuravam refugio na igreja de Liquiça (5 de Abril de 1999).

A brigada móvel da polícia indonésia (BRIMOB) lançou gás lacrimogéneo contra os refugiados antes do ataque efectuado pelas milícias. Durante uma manifestação anterior ao ataque à casa de Manuel Carrascalão (17 de Abril de 1999), Eurico Guterres, dirigente de uma das milícias, nomeou e ameaçou, em público, a vida de um conjunto de pessoas. No entanto, os funcionários indonésios que se encontravam na manifestação não empreenderam qualquer acção preventiva dos ataques das milícias em relação a esses alvos conhecidos. No sub-distrito de Cailaco, distrito de Bobonaro, como acto de vingança pela morte de 3 membros das milícias e de 2 soldados indonésios, alegadamente provocada por uma acção das Falintil, o Comandante do Distrito de Bobonaro (Kodim), Burhanudin Siagian, ordenou a execução pública de 5 civis, em 12 de Abril de 1999. Este comandante também ordenou a captura e assassínio de dirigentes comunitários considerados pró-independência, o que levou à perseguição de civis e ao ataque a casas.

O envolvimento de funcionários indonésios na formação de milícias e na condução das suas acções pode ser facilmente constatado, designadamente, através da sua participação nas cerimónias e manifestações das milícias. Do mesmo modo, o Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan (FPDK ou Forum para a Unidade, Democracia e Justiça) que controla a actividade das milícias, é chefiado por um funcionário público indonésio (Bupati). Os membros do Forum são funcionários locais da República da Indonésia.

Os actos de violência são concebidos para provar a tese defendida pelo governo indonésio, segundo a qual o referendo afundará Timor Leste na guerra civil. Ironicamente, apesar de ser público e conhecido o envolvimento dos militares nestes incidentes de violência, o Ministro da Defesa da Indonésia, General Wiranto, patrocinou um "acordo de paz" entre os grupos pró-independência e pró-integração em Díli, em 21 de Abril de 1999. Os factos mostraram que mesmo após a conclusão do chamado "acordo de paz", os actos de violência e as matanças ainda continuam. No distrito de Suai, de acordo com relatos do sacerdote da paróquia, Padre Hilário Madeira, centenas de jovens do sexo masculino foram capturados. Pelo menos 8 corpos foram encontrados no rio Tavara e há indicações que muitos mais terão sido assassinados. A mesma situação verifica-se noutros Distritos. As milícias e os militares continuam a intimidar, a deter e a matar civis, mesmo após a conclusão do "acordo de paz".

Impacto

As matanças, o terror e a intimidação pelas milícias têm tido um grande efeito sobre o povo de Timor Leste. Têm sido mortas e feridas centenas de pessoas. Muitas têm sido tratadas na clinica de Motael, em Díli. Muitas pessoas perderam as suas casas que foram atacadas e incendiadas

pelas milícias. Em Viqueque, pelo menos 500 pessoas abandonaram as suas casas e procuram refúgio em local incerto. A mesma situação verifica-se em Bobonaro, Ermera e Suai.

Psicologicamente, há uma atmosfera de medo que conduz à paralisação das actividades económicas. Nas zonas rurais, os camponeses pararam as suas actividades agrícolas devido às ameaças das milícias. Em Díli, há pelo menos 1200 pessoas deslocadas. Um certo número de refugiados foi morto durante o ataque das milícias à casa de Manuel Carrascalão, em 17 de Abril de 1999.

O terror e a intimidação são também dirigidos contra os funcionários públicos que têm sido forçados a assinar documentos em que expressam a sua lealdade à República da Indonésia. Ameaçados com despedimento, nalgumas áreas os funcionários têm sido forçados a tornarem-se membros do FPDK.

As ameaças e o terror têm sido também dirigidos contra os trabalhadores de agências humanitárias em Timor Leste. A estas organizações humanitárias não tem sido garantido acesso às pessoas deslocadas internamente, com vista a que pudesse ser fornecido auxílio médico e alimentar. Estas organizações foram seleccionadas como alvo de possíveis ataques e os seus trabalhadores têm recebido ameaças de morte.

Reivindicações

Baseadas nesta situação, nós, ONG humanitárias de Timor Leste, reivindicamos:

1. A presença de forças de manutenção da paz da ONU em Timor Leste
2. Desarmamento das milícias
3. Pressão da ONU com vista à retirada militar indonésia de Timor Leste, seguida do desarmamento das Falintil
4. Garantias de segurança para que os trabalhadores das agências humanitárias possam prosseguir as suas actividades
5. Acesso a Timor Leste às organizações internacionais de direitos humanos e agências humanitárias.

Díli, 28 de Abril de 1999

1. Komite Untuk Orang Hilang dan Korban Tindak Kererasan (Kontras)
Rui Lourenço
2. Yayasan HAK (Hukum, Hak Asasi & Keadilan)
Aniceto Guterres Lopes
3. Gerekan Perempuan Timor Lorosae Anti Kekerasan (Gertak)
Sãozinha de Jesus Lopes
4. Forum Komunikasi Untuk Perempuan Loro Sae (Fokupers)
Maria Domingas F. Alves
5. Dewan Solidaritas Mahasiswa Timor Timur (DSMTT)
João Sarmento Silva
6. Grupo Feto Foin Sae Timor Lorosae (GFFT)
Atanasia Pires
7. Posko Bantuan Dararat untuk Pengungsi Internal
José Luís Oliveira
8. Caritas Timor Leste